

GOVERNANÇA TERRITORIAL COMO UM MECANISMO POTENCIALIZADOR DAS AÇÕES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

GREICIANE MIRANDA PIRES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

THIAGO CHAGAS DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

MAGNUS LUIZ EMMENDOERFER

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

Agradecimento à órgão de fomento:

ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: conexões e reflexões. Revista de Turismo Contemporâneo, v.11, n.1, p.1-21, 2023.

DALLABRIDA, V. R. Governança Territorial e Desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. Brasília: IPEA, 2011. GRACIANO, P. F.;

HOLANDA, L. A. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. Revista Brasil

GOVERNANÇA TERRITORIAL COMO UM MECANISMO POTENCIALIZADOR DAS AÇÕES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Introdução

As iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC) têm ganhado um progressivo destaque frente aos padrões do turismo massificado. Isso porque, ele visa valorizar a cultura de povos tradicionais, dar protagonismo à comunidade na gestão do turismo e fomentar demais ações que preservem os elementos característicos de um local (ALMEIDA; EMMENDOERFER, 2023). Dessa forma, o TBC se apresenta como um modo de gestão do turismo articulado à perspectiva desenvolvimentista do DLS.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Apesar dessa característica, o TBC tem encontrado dificuldades para atingir seus princípios, sobretudo pela falta de interação com outros atores territoriais (GRACIANO; HOLANDA, 2020). Nesse sentido, a Governança Territorial (GT) se apresenta como um instrumento importante para envolver o TBC no processo de DLS. A partir dessa problemática, este estudo objetivou compreender como os mecanismos de GT podem favorecer o alcance das pretensões do TBC associadas ao DLS. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, interpretando os dados pela técnica análise de conteúdo temática.

Fundamentação Teórica

O TBC é um modo de gestão do turismo que busca valorizar a cultura e dar protagonismo à população local, realizar ações responsáveis ambientalmente e fazer com que o lucro das atividades de visitação seja mais descentralizado (ALMEIDA; EMMENDOERFER, 2023). O DLS é uma abordagem desenvolvimentista que prioriza recursos endógenos de um determinado lugar, além de se preocupar com o equilíbrio de diferentes fatores territoriais (ALMEIDA; EMMENDOERFER, 2023). Já a GT, são mecanismos voltados a gerir coletivamente os assuntos referentes a um território (DALLABRIDA, 2011).

Discussão

Os resultados da revisão integrativa revelaram que a GT pode estimular o alcance das pretensões do TBC para DLS: Dando um maior protagonismo decisório aos atores comunitários que realizam o TBC; Permitindo que o TBC paute, em espaços deliberativos, seus objetivos endógenos e sustentáveis; e Fazendo com que o TBC consiga o apoio de outros atores territoriais para promover seus intentos articulados ao DLS. Observou-se, ainda, que tais contribuições têm uma relação de amplitude, pois a primeira acaba possibilitando a consecutiva.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, verificou-se que a GT é um importante mecanismo para potencializar as ações do TBC voltadas ao DLS. Ressalta-se, contudo, que as categorias identificadas nos seus resultados se referem a apontamentos mais gerais da literatura consultada, não devendo representar todos os casos em que há representantes do TBC em espaços de GT. Levou-se em consideração aqui, um cenário de "GT adequada" (que nem sempre ocorre na prática), em que seus membros têm uma equitativa capacidade deliberativa e que se implementa aquilo que foi decidido consensualmente.

Referências Bibliográficas

Agradecemos: ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (CNPq -

Processos 404606/2021-0 e 404193/2022-6); à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES - Código de Financiamento 001); e à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG - APQ-03195-22).